

CAMBUCI S/A
CNPJ/MF nº 61.088.894/0001-08
Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atenção ao disposto na Instrução nº 481 da Comissão de Valores Mobiliários de 17 de dezembro de 2009 ("ICVM 481"), apresentamos a seguir a proposta da administração da **CAMBUCI S.A.** ("Companhia") ("Proposta"), contendo as informações e documentos relacionados com os assuntos a serem deliberados na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Companhia a ser realizada no dia 31 de março de 2021 às 10:00 horas.

Assembléia Geral Ordinária:

1. *Análise das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2020.*

Propomos que sejam aprovadas as demonstrações financeiras e o relatório da administração relativos ao exercício social de 2020, conforme divulgadas em 12 de fevereiro de 2021 nos website da Comissão de Valores Mobiliários, através do Sistema de Informações Periódicas (IPE) e nos jornais O Estado de São Paulo e Diário Oficial do Estado de São Paulo em 13 de fevereiro de 2021 (as "Demonstrações Financeiras"), os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 10 de fevereiro de 2021 e se encontram acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal da Cambuci S.A ("Cambuci S.A." ou "Companhia") .

Destacamos, adicionalmente, que, nos termos do inciso III do art. 9º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 481/09"), as informações dispostas no Anexo I a presente Proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

2. *Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.*

Propomos à Assembleia a reeleição dos seguintes candidatos ao Conselho de Administração: (i) Roberto Estefano (efetivo); (ii) Eduardo Estefano Filho (efetivo); (iii) Manoel Roberto Bravo Caldeira (efetivo)

Igualmente, propomos à Assembleia a reeleição dos seguintes candidatos ao Conselho Fiscal: (i) Roberto Massayuki Hara (titular); (ii) Mário Alberto de Lima Reis Coutinho (titular);

(iii) Antônio Carlos Bonini Santos Pinto (titular); (iv) Sergio Renato Escatolin (suplente); (v) José Roberto Pereira Rios (suplente); e (vi) Clovis Ailton Madeira (suplente).

Ressaltamos que as informações requeridas no art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009 relativas aos candidatos a membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal estão disponíveis no Anexo II desta Proposta.

3. Remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

Propomos à Assembléia a aprovação da remuneração global anual para os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal de até R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais).

Ressaltamos que as informações relacionadas à remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, em atendimento ao disposto no art. 12 da Instrução CVM nº 481/2009, estão disponíveis no Anexo III desta Proposta.

4. Destinação Do Lucro Líquido do Exercício De 2020

Propomos à Assembleia que o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 tenha a destinação que lhe foi indicada nas Demonstrações Financeiras.

Ressaltamos que as informações, em atendimento ao disposto no Anexo 9-1-II, do inciso II do §1º do art. 9º da Instrução CVM 481/09, estão disponíveis no Anexo IV desta Proposta.

Tendo em vista a adoção do procedimento de voto à distância pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia informa que também integra a presente Proposta da Administração, na forma do Anexo VIII e IX, os Boletins de Voto à distância de que tratam os artigos 21-H e seguintes da Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada. Exemplar do referido Boletim de Voto à distância encontra-se disponível na sede administrativa da Companhia, na Avenida Getúlio Vargas, 930, Centro, na cidade de São Roque, Estado de São Paulo, CEP: 18130-430 e os documentos eletrônicos no endereço eletrônico de relações com investidores da Companhia www.cambuci.com.br/investidores, e no endereço eletrônico da CVM www.cvm.gov.br e no endereço eletrônico da BM&FBOVESPA www.bmfbovespa.com.br.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2021.

A Administração
Cambuci S/A

Anexo I da Proposta da Administração

10. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

10.1 – Condições Financeiras / Patrimoniais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração entende que a Companhia apresenta totais condições financeiras e patrimoniais consolidadas suficientes para implementar seu plano de negócio.

Abaixo os principais indicadores financeiros da Companhia:

	CONSOLIDADO (Em R\$ mil)						
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2020 X 31/12/2019	31/12/2019 X 31/12/2018	31/12/2018 X 31/12/2017
ATIVO	281.584	243.235	214.940	221.653	15,8%	13,2%	-3,0%
Circulante	104.787	110.313	113.262	128.341	-5,0%	-2,6%	-11,7%
Não Circulante	176.797	132.922	101.678	93.312	33,0%	30,7%	9,0%
PASSIVO	184.579	169.261	190.838	214.934	9,0%	-11,3%	-11,2%
Circulante	109.740	97.967	133.488	169.236	12,0%	-26,6%	-21,1%
Não Circulante	74.839	71.294	57.350	45.698	5,0%	24,3%	25,5%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	97.005	73.974	24.102	6.719	31,1%	206,9%	258,7%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	22.027	20.212	16.650	44.774	9,0%	21,4%	-62,8%
MARGEM LUCRO LÍQUIDO %	9,2%	9,2%	6,7%	17,3%			
EBITDA	21.791	45.098	35.896	25.703	-51,7%	25,6%	39,7%
MARGEM EBITDA %	20,5%	20,5%	14,5%	10,4%			

O ano de 2020 foi de grandes desafios para toda a sociedade brasileira. A economia sentiu os impactos das medidas para o enfrentamento da pandemia do coronavírus. As medidas de isolamento e distanciamento social e a suspensão das programações esportivas afetaram de forma intensa o varejo.

A Administração atuou de forma decisiva para minimizar os efeitos da crise. Dentre as medidas tomadas, destacamos: adequação da capacidade operacional, alinhando-a com a evolução da demanda e com uma capacidade rápida de retomada da produção, cancelamento dos investimentos, e utilização das medidas editadas pelo governo federal, as quais foram essenciais para a manutenção do caixa da Companhia.

Os nossos custos financeiros foram reduzidos em 2020 comparado com 2019, melhorando nosso perfil das dívidas bancárias em geral, reduzindo nossa dívida líquida e com uma geração de caixa operacional superior ao exercício anterior, buscando sempre que necessário, captar recursos financeiros com estruturas mais alinhadas as estratégias e ao esperado melhor ambiente econômico nacional do caixa da Companhia.

A Companhia continua gerando valor para os acionistas, proporcionando um retorno sobre o Patrimônio líquido. No período de 4 anos, podemos evidenciar que a Companhia evoluiu

positivamente o Patrimônio Líquido em R\$ 90.286, sendo o quarto ano consecutivo de lucro no exercício.

Os principais indicadores do fechamento de 2020:

- Redução da dívida líquida em 6,7% comparada com a situação de 31/12/2019, melhorando o perfil das dívidas em geral e com uma geração de caixa operacional superior ao exercício anterior;
- Aumento na margem bruta do consolidado em 2,0% comparado com o exercício de 2019, fechando com uma margem bruta de 45%;
- Redução das despesas gerais e administrativas do exercício 2020 em 15,3% comparado como exercício de 2019;

As dificuldades trazidas pela pandemia seguem sendo percebidas, apesar dos sinais importantes de retomada observados no último trimestre. Entretanto, com o aumento do número de casos no início de 2021, o governo retomou as medidas de enfrentamento, como o fechamento do varejo em vários estados, o que pode atrasar a recuperação do nosso segmento.

Com um portfólio de produtos nas faixas iniciais e intermediárias com boa rentabilidade, a Companhia está em linha com o interesse dos consumidores, o que a beneficia neste momento de retomada comercial.

A desvalorização do Real frente ao dólar é outro aspecto que nos beneficia quanto indústria nacional, tornando os produtos localmente mais competitivos.

Assim como nos últimos anos, reduzimos as despesas, os custos, melhoramos a margem e continuaremos atuando fortemente nesses controles. Seguiremos focados nas vendas, reforçando o compromisso de oferecer ao mercado produtos inovadores, com design, qualidade e tecnologia que superam as expectativas dos consumidores.

b. Estrutura de capital, indicando:

A Companhia financia suas operações por meio de capital próprio e recursos de terceiros. A Companhia emite exclusivamente ações ordinárias, não havendo, portanto, ações resgatáveis. Apresentamos, nos últimos anos e trimestres, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente com as nossas atividades, na visão da Administração, na proporção apresentada na tabela abaixo:

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia entende que possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas necessidades e obrigações futuras. Os seus recursos provenientes de caixa e equivalentes de caixa e empréstimos de terceiros são suficientes para atender o financiamento de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida bruta da Companhia era de R\$ 71.627, dos quais R\$ 39.134, ou 54,6% estão no passivo circulante e R\$ 32.493, ou 45,4% no passivo não circulante.

A Companhia tem apresentado plena capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos, uma vez que suas operações são geradoras de caixa e os prazos concedidos a clientes são essencialmente de curto prazo.

A Companhia finalizou o exercício de 31 de dezembro de 2020, com uma dívida líquida menor do que em 31 de dezembro de 2019 em -6,7%.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, a Companhia se utiliza de linhas de financiamento junto a bancos comerciais.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretendem utilizar para cobertura de deficiência de liquidez.

No momento, a Companhia entende que não possui deficiências de liquidez. Caso exista necessidade de buscar fontes de financiamento para capital de giro ou ativos não circulantes, a Companhia poderá: (i) buscar linhas de empréstimos e financiamentos com bancos privados ou (ii) emitir títulos de dívida, tais como debêntures.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Em 31 de dezembro de 2020, o endividamento da Companhia apresentava a seguinte composição:

	Encargos Financeiros Médios	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Em moeda corrente - R\$					
Desconto de duplicatas	0,87 a 0,90% a.m	21.143	34.231	21.143	34.231
Conta garantida - recebíveis	0,48 % a.m	25.108	36.005	25.108	36.005
Capital de giro - CDI	CDI + 0,31 % a 1,15% a.m.	14.977	3.266	14.977	3.266
Capital de giro	0,37% a.m	5.011	-	5.011	-
Desenbahia - BNDES	TJLP	4.293	4.655	4.293	4.655
FINAME/FINEP	CDI + 0,60% a 1,18% a.m	-	131	-	131
Leasing	1% a.m.	197	326	197	326
		70.729	78.614	70.729	78.614
Em moeda estrangeira - US\$					
Capital de giro	(principal e juros reais - Moeda local)	-	-	898	519
		-	-	898	519
		70.729	78.614	71.627	79.133
Passivo circulante		38.917	49.311	39.134	49.490
Passivo não circulante		31.812	29.303	32.493	29.643

Desenbahia

Em 29 de dezembro de 2008 foi firmado acordo com o Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Neste acordo ficou pactuado que a Companhia vai liquidar a dívida em 180 parcelas mensais, atualizadas pela variação da TJLP – Taxa de juros em longo prazo, contemplando um desconto de 57% nas parcelas que estão sendo pagas rigorosamente no seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R\$ 4.293 corresponde a 54 parcelas

Todas as operações contam com garantias reais de bens do ativo, tais como imóveis, máquinas, equipamentos e recebíveis.

O montante dos financiamentos com vencimento a curto e a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
2020	-	49.490
2021	39.134	8.813
2022	15.638	20.830
2023 em diante	16.855	-
	<u>71.627</u>	<u>79.133</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não continham cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação entre dívidas da Companhia.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos citados possuem garantia real em sua contratação e/ou negociação.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava utilizando 90%, aproximadamente, dos limites de financiamento cedidos pelas instituições financeiras.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (em R\$ mil)

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	Análise Vertical			Análise Horizontal	
				31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	20 v. 19	19 v. 18
ATIVO	281.584	243.235	214.940	100,0%	100,0%	100,0%	15,8%	13,2%
CIRCULANTE	104.787	110.313	113.262	37,2%	45,4%	52,7%	-5,0%	-2,6%
Caixa e equivalentes de caixa	6.288	9.054	11.562	2,2%	3,7%	5,4%	-30,6%	-21,7%
Contas a receber	51.913	50.754	55.726	18,4%	20,9%	25,9%	2,3%	-8,9%
Estoques	30.346	36.201	37.758	10,8%	14,9%	17,6%	-16,2%	-4,1%
Tributos a recuperar	9.735	10.267	3.941	3,5%	4,2%	1,8%	-5,2%	160,5%
Despesas pagas antecipadamente	284	1.084	1.396	0,1%	0,4%	0,6%	-73,8%	-22,3%
Demais contas a receber	6.221	2.953	2.879	2,2%	1,2%	1,3%	110,7%	2,6%
NÃO CIRCULANTE	176.797	132.922	101.678	62,8%	54,6%	47,3%	33,0%	30,7%
Contas a receber	3.479	3.519	-	1,2%	1,4%	0,0%	-1,1%	100,0%
Depósitos judiciais	4.194	4.959	9.763	1,5%	2,0%	4,5%	-15,4%	-49,2%
Tributos a recuperar	46.612	6.788	5.612	16,6%	2,8%	2,6%	586,7%	21,0%
Despesas pagas antecipadamente	308	218	-	0,1%	0,1%	0,0%	41,3%	100,0%
Demais contas a receber	38.775	33.899	29.053	13,8%	13,9%	13,5%	14,4%	16,7%
Propriedades para investimento	53.835	51.200	-	19,1%	21,0%	0,0%	5,1%	100,0%
Outros investimentos	1.027	817	666	0,4%	0,3%	0,3%	25,7%	22,7%
Imobilizado	26.119	28.029	55.847	9,3%	11,7%	26,0%	-6,8%	-49,8%
Intangível	2.448	3.493	737	0,9%	1,4%	0,3%	-29,9%	373,9%

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (em R\$ mil)

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	Análise Vertical			Análise Horizontal	
				31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	20 v. 19	19 v. 18
PASSIVO	281.584	243.235	214.940	100,0%	100,0%	100,0%	15,8%	13,2%
CIRCULANTE	109.740	97.967	133.488	39,0%	40,3%	62,1%	12,0%	-26,6%
Fornecedores	16.737	11.658	19.890	5,9%	4,8%	9,3%	-43,6%	-41,4%
Empréstimos e financiamentos	39.134	49.490	50.317	13,9%	20,3%	23,4%	-20,9%	-1,6%
Obrigações sociais e trabalhistas	10.375	5.300	7.374	3,7%	2,2%	3,4%	95,8%	-28,1%
Obrigações fiscais	10.749	6.935	31.385	3,8%	2,9%	14,6%	55,0%	-77,9%
Demais contas a pagar	32.745	24.584	24.152	11,6%	10,1%	11,2%	33,2%	1,8%
NÃO CIRCULANTE	74.839	71.294	57.350	26,6%	29,3%	26,7%	5,0%	24,3%
Empréstimos e financiamentos	32.493	29.643	14.076	11,5%	12,2%	6,5%	9,6%	110,6%
Obrigações fiscais	26.815	29.112	24.993	9,5%	12,0%	11,6%	-7,9%	16,5%
Provisão para contingências	5.745	4.692	4.434	2,0%	1,9%	2,1%	22,4%	5,8%
Demais contas a pagar	9.786	7.847	13.847	3,5%	3,2%	6,4%	24,7%	-43,3%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	97.005	73.974	24.102	34,4%	30,4%	11,2%	31,1%	206,9%
Capital social	45.701	45.539	35.636	16,2%	18,7%	16,6%	0,4%	27,8%
Reserva de plano de opções de ações	1.218	-	-	0,4%	0,0%	0,0%	100,0%	-
Reserva legal	1.637	536	-	0,6%	0,2%	0,0%	205,4%	100,0%
Reserva de incentivos fiscais	31.106	10.180	-	11,0%	4,2%	0,0%	205,6%	100,0%
Ajustes de avaliação patrimonial	19.642	19.642	-	7,0%	8,1%	0,0%	0,0%	100,0%
Ajustes acumulados de conversão	(2.764)	(2.454)	(1.793)	-1,0%	-1,0%	-0,8%	12,6%	36,9%
Efeito da aplicação do CPC42 / IAS 29 (Hiperinflação)	803	845	-	0,3%	0,3%	0,0%	-5,0%	100,0%
Participação acionistas não controladores em controladas	(338)	(314)	(245)	-0,1%	-0,1%	-0,1%	7,6%	28,2%

COMPARATIVO ENTRE OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	Análise Vertical			Análise Horizontal	
				31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	20 v. 19	19 v. 18
Receita operacional líquida	156.499	219.836	247.489	100,0%	100,0%	100,0%	-28,8%	-11,2%
Custo dos produtos vendidos	(86.072)	(122.981)	(146.484)	-55,0%	-55,9%	-59,2%	-30,0%	-16,0%
Lucro bruto	70.427	96.855	101.005	45,0%	44,1%	40,8%	-27,3%	-4,1%
Despesas com vendas	(37.189)	(46.934)	(50.488)	-23,8%	-21,3%	-20,4%	-20,8%	-7,0%
Despesas gerais e administrativas	(24.627)	(26.131)	(27.293)	-15,7%	-11,9%	-11,0%	-5,8%	-4,3%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.247	14.154	5.713	4,6%	6,4%	2,3%	-48,8%	147,8%
	(54.569)	(58.911)	(72.068)	-34,9%	-26,8%	-29,1%	-7,4%	-18,3%
Lucro operacional	15.858	37.944	28.937	10,1%	17,3%	11,7%	-58,2%	31,1%
Despesas financeiras	(21.107)	(31.845)	(40.383)	-13,5%	-14,5%	-16,3%	-33,7%	-21,1%
Receitas financeiras	36.535	6.341	20.898	23,3%	2,9%	8,4%	476,2%	-69,7%
	15.428	(25.504)	(19.485)	9,9%	-11,6%	-7,9%	-160,5%	30,9%
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	31.286	12.440	9.452	20,0%	5,7%	3,8%	151,5%	31,6%
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(9.276)	7.771	7.187	-5,9%	3,5%	2,9%	-219,4%	8,1%
Lucro líquido antes da participação dos não controladores	22.010	20.211	16.639	14,1%	9,2%	6,7%	8,9%	21,5%
Atribuível aos acionistas não controladores	17	1	11	0,0%	0,0%	0,0%	1600,0%	-90,9%
Lucro do exercício	22.027	20.212	16.650	14,1%	9,2%	6,7%	9,0%	21,4%
EBITDA				Análise Vertical			Análise Horizontal	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	20 v. 19	19 v. 18
(Prejuízo) lucro do período	22.027	20.212	16.650	14,1%	9,2%	6,7%	9,0%	21,4%
Despesas Financeiras	21.107	31.845	40.383	13,5%	14,5%	16,3%	-33,7%	-21,1%
Receitas Financeiras	(36.535)	(6.341)	(20.898)	-23,3%	-2,9%	-8,4%	476,2%	-69,7%
Depreciação/Amortização	5.933	7.154	6.959	3,8%	3,3%	2,8%	-17,1%	2,8%
Atribuível aos acionistas não controladores	(17)	(1)	(11)	0,0%	0,0%	0,0%	1600,0%	-90,9%
Imposto de renda e contribuição social do período	9.276	(7.771)	(7.187)	5,9%	-3,5%	-2,9%	-219,4%	8,1%
EBITDA	21.791	45.098	35.896	13,9%	20,5%	14,5%	-51,7%	25,6%

COVID 19

Em meados de março de 2020, iniciando-se as restrições de mobilidade humana preventiva aos impactos relacionados à pandemia decorrente do vírus COVID-19, recomendada pela Organização Mundial de Saúde e determinada pelas autoridades brasileiras, o cenário nacional e mundial para os negócios da Companhia e suas controladas apresentou significativas mudanças.

Os valores patrimoniais e de resultados apresentados devem ser analisados considerando os efeitos destas reduções de atividades citadas. As principais reduções foram na receita operacional líquida e em outras despesas operacionais onde foram registrados os custos com ociosidade fabril do exercício.

A Administração da Companhia elabora suas análises de "stress" em suas operações, de forma que não se resumam à esta crise, estando com a convicção que os aprendizados deste exercício se estenderão a efeitos benéficos em seus negócios com ampliação das atividades físicas pela população, agilidade de respostas com seus parceiros comerciais, a não aceitação de ineficiências, adequação da carga tributária e de custos financeiros em operações de crédito à condições mais atraentes para o efetivo trabalho, produção e consumo, com menor valorização da especulação.

Neste cenário e nestas premissas a Administração, desde os primeiros momentos desta situação, tomou medidas para preservação dos negócios com aumento de sua liquidez, revisão do volume de produção com adequação do número de colaboradores e negociação de prazos e preços com fornecedores, ampliação dos critérios de concessão de créditos para seus clientes buscando minimizar inadimplências futuras, redirecionamento a fornecedores nacionais pela momentânea oscilação das taxas cambiais e demais atitudes inerentes a este momento de crise.

A Administração avaliou até a data de emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, que as ações tomadas até o momento permitiram concluir que não existem perdas relevantes a serem registradas nas demonstrações financeiras.

Tributos a recuperar

Durante o exercício de 2020, A companhia obteve êxito em ação judicial transitada em julgado, que questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. A Companhia reconheceu o montante de R\$ 9.168 de PIS a recuperar e R\$ 40.122 de COFINS a recuperar, em contrapartida ao resultado, conforme nota explicativa 30 e 31 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. A Companhia tem expectativa de realização desses saldos nos próximos cinco anos contados dos trânsitos em julgado dos processos, levando em consideração suas projeções atuais. A Companhia submeteu os referidos créditos a procedimento administrativo de habilitação junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil e o processo foi deferido em 03 de dezembro de 2020.

IFR 16 / CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil

A Companhia adotou a norma em 2019. O CPC 06 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

Em 2019 a Companhia utilizou abordagem retrospectiva simplificada. O efeito cumulativo da adoção foi reconhecido como ajuste no saldo de abertura do balanço patrimonial, sem abertura das informações comparativas.

Dos contratos que foram escopo da norma, a administração da Companhia considerou como componente de arrendamento o valor do aluguel para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo do arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de alugueis fixos. As contraprestações de arrendamento que anteriormente (até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018) eram registradas como despesas de alugueis, passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras.

Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia hiperinflacionária

Considerando que a inflação acumulada nos últimos anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma passou a ser requerida. O CPC 42/IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa Penalty Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018.

De acordo com a norma, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias

são corrigidos pela alteração no poder de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

A demonstração de resultado da Penalty Argentina acumulada até 31 de dezembro de 2020 foi corrigida pelo índice de inflação e, posteriormente convertida a taxa de fechamento em 31 de dezembro de 2020 de 0,0623 por real.

Propriedade para investimento

Em 30 de setembro de 2019, um imóvel da subsidiária Cambuci Trust S/A foi classificado para propriedade para investimento. Inicialmente o valor foi transferido como propriedade para investimento a valor de custo, no montante de R\$ 25.988. Imediatamente após sua transferência, a Companhia remensurou o imóvel ao valor justo e reconheceu um ganho de R\$ 25.212 em outros resultados abrangentes, demonstrada no Patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial (nota explicativa 26 das demonstrações financeiras de 31/12/2020).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mensurou o valor justo e registrou um ganho no resultado do exercício no valor de R\$ 2.635.

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	8	15	47	55
Bancos conta movimento	1.977	8.252	3.955	8.998
Aplicações financeiras	2.100	1	2.286	1
	4.085	8.268	6.288	9.054

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários (“CDB”) compromissadas e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber no Brasil	59.671	55.435	68.661	65.273
Contas a receber no Exterior	2.734	2.147	3.163	2.480
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(11.563)	(10.180)	(16.432)	(13.480)
	50.842	47.402	55.392	54.273
Ativo Circulante	47.411	43.898	51.913	50.754
Ativo Não Circulante	3.431	3.504	3.479	3.519

A Companhia mensura regularmente efeitos de valor presente em suas contas a receber. Em 31 de dezembro de 2020 tinha recebíveis oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos.

O saldo por vencimento é o seguinte;

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Títulos Vencidos - terceiros				
Até 30 dias	918	1.530	1.908	5.546
De 31 a 120 dias	344	1.976	382	1.973
De 121 a 180 dias	254	1.609	256	1.884
A partir de 181 dias	11.956	9.647	14.477	9.647
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(11.563)	(10.180)	(16.432)	(13.480)
Total dos títulos vencidos - terceiros	1.909	4.582	591	5.570
Títulos a vencer - terceiros	48.933	42.820	54.801	48.703
Total da carteira de clientes - terceiros	50.842	47.402	55.392	54.273

A movimentação das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo da PECLD no início do exercício	(10.180)	(8.942)	(13.480)	(11.950)
Adição do exercício	(2.029)	(1.884)	(3.598)	(2.176)
Baixa de títulos considerados incobráveis	646	646	646	646
Saldo da PECLD no final do exercício	(11.563)	(10.180)	(16.432)	(13.480)

Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados	19.930	22.050	24.417	28.291
Importação em andamento	5.213	2.319	5.213	2.319
Produtos em elaboração	606	645	606	645
Matérias-primas	5.921	5.520	5.964	6.503
	31.670	30.534	36.201	37.758

Políticas Contábeis

A Companhia adotou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os exercícios apresentados e o resumo das principais políticas estão descritas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, divulgado em 12 de fevereiro de 2020, na nota explicativa nº 7.

10.2 – Resultado Operacional e Financeiro

a. Resultado das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

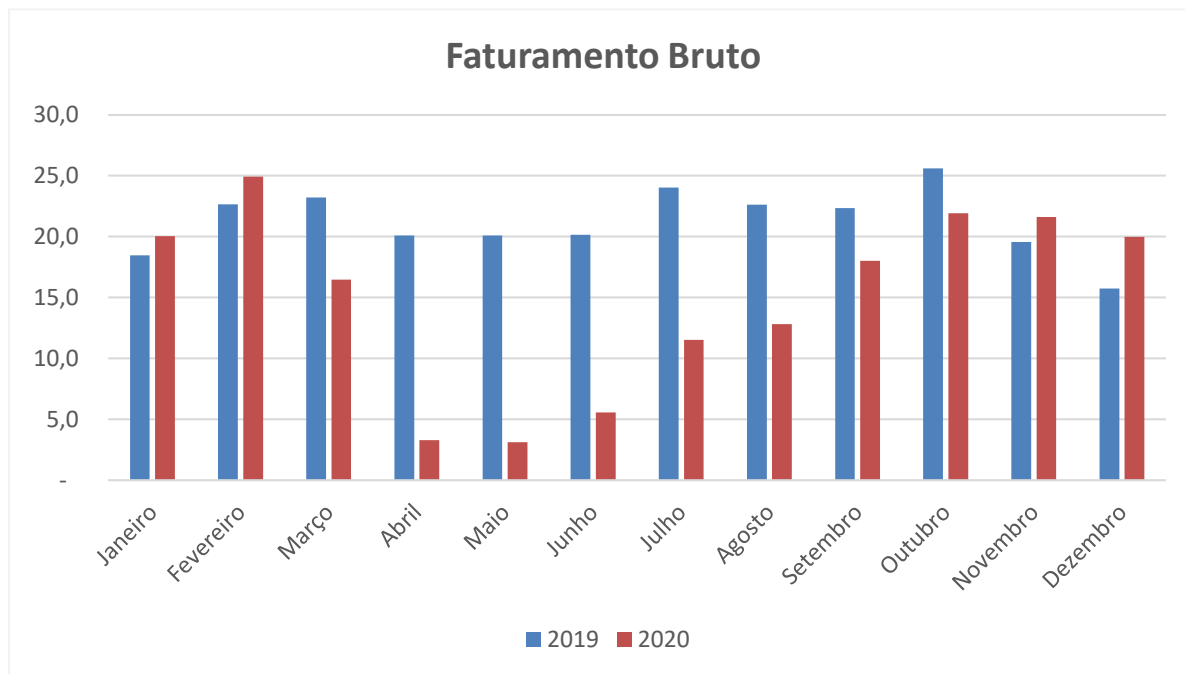
A receita da Companhia é composta pelas vendas no mercado interno, e pelas vendas no mercado externo realizadas pelas operações na América do Sul, além das exportações. A Cambuci goza de subvenções, concedidas pelos governos estaduais da Bahia e Paraíba, onde as fábricas estão localizadas. O valor dessas subvenções para investimentos, registrado durante o exercício de 2020 foi de R\$ 11.615 mil. Em 2019, a subvenção foi de R\$ 17.877 mil.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O ano de 2020 foi de grandes desafios para toda a sociedade brasileira. A economia sentiu os impactos das medidas para o enfrentamento da pandemia do coronavírus. As medidas

de isolamento e distanciamento social e a suspensão das programações esportivas afetaram de forma intensa o varejo.

Todo este contexto operacional trouxe impactos significativos ao nosso segmento. A Companhia iniciou o exercício de 2020 com ótimas perspectivas, com uma receita operacional acima do exercício anterior, mas com a evolução da pandemia, o faturamento reduziu significativamente entre os meses de março a agosto, com uma retomada gradual a partir do terceiro trimestre com a reabertura do varejo físico.



Como podemos verificar no gráfico, o início do ano caminhava para um crescimento robusto nas vendas, mas em função da pandemia de coronavírus (Covid-19), na metade do mês de março a Companhia reduziu suas vendas significativamente. A partir do mês de julho as vendas apresentam um crescimento gradual, conforme a pandemia desacelerava, como podemos observar no terceiro trimestre. No 4º trimestre, com a abertura do varejo, as vendas ficaram acima do mesmo período de 2019.

O resultado operacional foi impactado positivamente pelo transito em julgado da ação do ICMS na base do PIS/COFINS, assim como o resultado financeiro líquido do exercício pelo reconhecimento da correção dos créditos tributários.

Na Argentina, nos últimos exercícios, a Companhia realizou ações mercadológicas com adequação dos produtos e a melhoria na margem bruta, redução e o controle das despesas gerais e administrativas, com o objetivo de minimizar os efeitos econômicos vivenciados. Através destas ações equilibrou os fluxos de caixa e recuperou a rentabilidade da Penalty Argentina durante o exercício de 2020. Apesar da pandemia do COVID-19, os resultados negativos apresentados na subsidiária foram revertidos, apresentando uma melhora significativa e superior aos exercícios anteriores.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No acumulado do ano, a redução da receita líquida foi de 28,8% comparado com o mesmo período do ano anterior. O resultado foi impactado diretamente pela pandemia do coronavírus, tanto no Brasil quanto na Argentina, sendo no Brasil uma redução de -33,1% e na Argentina - 31,5%.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação tem impacto nos negócios da Companhia, uma vez que alguns dos insumos, serviços e despesas operacionais são denominados em reais.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores e “royalties”, denominados em moeda estrangeira. Foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, a pagar a fornecedores e dos empréstimos e mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, para as quais a Administração da Cambuci entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

10.3 – Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável em razão da Companhia não ter introduzido ou alienado segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período

10.4 – Mudanças de práticas Cont./Ressalvas e Ênfases**a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

As descrições das práticas contábeis estão contidas na nota explicativa nº 7 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020, publicadas em 12/02/2020, sendo que não houve nenhuma mudança significativa. A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e foram apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), em vigor em 31 de dezembro de 2020.

Não existem normas, alterações e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia em 31 de dezembro de 2020.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos Auditores Independentes **não contém ressalvas**.

Há uma ênfase sobre os **impactos relacionados com a pandemia da Covid 2019**:

Chamamos a atenção à nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual apresenta os aspectos relacionados aos impactos da pandemia decorrente do vírus COVID-19 nos negócios da Companhia e de suas controladas, de acordo com a avaliação realizada pela administração na data de publicação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

No exercício anterior havia uma ênfase sobre a continuidade das operações da Controlada na Argentina, na qual **foi retirada do parecer da auditoria em 31 de dezembro de 2020**, pelo seguinte motivo:

Nos últimos exercícios, a Companhia realizou ações mercadológicas com adequação dos produtos e a melhoria na margem bruta, redução e o controle das despesas gerais e administrativas, com o objetivo de minimizar os efeitos econômicos vivenciados. Através destas ações equilibrou os fluxos de caixa e recuperou a rentabilidade da Penalty Argentina durante o exercício de 2020. Apesar da pandemia do COVID-19, os resultados negativos apresentados na subsidiária foram revertidos, apresentando uma melhora significativa e superior aos exercícios anteriores.

A Administração acredita que nos próximos anos a Companhia possua expectativas de melhorar ainda mais sua rentabilidade e gerar recursos oriundos de suas próprias operações para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas quanto a sua capacidade de continuar operando.

i. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração compreende que os controles internos da companhia e sistemas de elaboração das demonstrações financeiras atendem perfeitamente a qualidade, precisão e a confiabilidade das informações.

ii. Ineficiência e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O relatório dos auditores independentes sobre os controles internos da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não aponta qualquer

deficiência relevante nos procedimentos e controles internos que a empresa utiliza na elaboração de suas demonstrações financeiras.

10.5 – Políticas Contábeis Críticas

Consideramos uma prática contábil crítica quando ela é importante para retratar a situação financeira da Companhia e resultados operacionais, e requer julgamentos e estimativas complexos ou significativos por parte da Administração da Companhia. Para um resumo de todas as práticas contábeis da Companhia, vide nota explicativa nº 7 das demonstrações financeiras da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis da Controladora e Consolidado incluem, portanto, estimativas referentes principalmente a provisão para impostos diferidos Nota 13, seleção da vida útil do ativo imobilizado Nota 18.2, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas Nota 25, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares Nota 27.

10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, tais como:

Não aplicável, uma vez que não há qualquer ativo ou passivo detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, não evidenciado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não há qualquer item relevante que não foi evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia, incluindo as notas explicativas.

10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.

b) natureza e propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.

10.8 – Plano de negócios

a) Investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

A Companhia continua investindo na sua expansão internacional através de sua subsidiária na Argentina.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende utilizar recursos próprios e/ou créditos junto a instituições financeiras para os novos investimentos.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos de capital relevante em andamento ou previstos para os próximos anos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não houve nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos, que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgados (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos (iv) montantes gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

O portfólio de produtos das marcas da Cambuci apresentado em 2020 foi resultado de investimentos em inovação e tecnologia, baseado em premissas de atualização de design e em conformidade com as orientações de pesquisa em tendências junto a bureaus globais. Cerca de 2% do faturamento líquido é destinado ao trabalho de pesquisa, desenvolvimento e inovação, justamente para oferecer constantes novidades e garantir performance e qualidade que são condições primordiais nos produtos Penalty e Stadium. Este direcionamento resultou na evolução das linhas de produtos do seu portfólio.

As bolas S11 Ecoknit e Max Ecoknit foram os projetos laureados na categoria produtos esportivos do iF Design Award 2020. A Penalty foi consagrada com dois produtos: S11 Ecoknit, primeira bola de futebol profissional do mundo com pegada ecológica, e Max Ecoknit, que apresenta o mesmo pioneirismo, mas para o futsal. As versões inscritas são as de 2019, sendo a S11 Ecoknit a bola oficial do Paulistão e a Max Ecoknit a bola oficial da Seleção Brasileira de Futsal da mesma temporada.

A cada ano a Cambuci vem ampliando parcerias com atletas, federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de produtos

de alta performance e têm função vital em potencializar cada vez mais a promover e viabilizar os nossos projetos tecnológicos e inovadores que são condições orientadas para dentro da companhia de prover produtos únicos e exclusivos com diferencial técnico e maior valor agregado.

10.9 – Outros fatores com influência relevante

O surto de COVID-19 em escala global aumentou a volatilidade dos mercados nacional e internacional e tem afetado as economias dos países nos quais a Companhia atua e, conseqüentemente, os resultados de suas operações.

A administração da Companhia realizou um conjunto de análises sobre o impacto da pandemia de COVID19, que envolveu (i) a revisão das premissas do teste anual de impairment, (ii) análise de eventuais perdas de crédito e obsolescência de estoques, (iii) revisão das premissas de mensuração de instrumentos financeiros, (iv) análise da recuperabilidade de impostos diferidos, (v) avaliação das estimativas relevantes utilizadas na preparação das demonstrações contábeis intermediárias, entre outras análises. Eventuais impactos derivados dessas análises são refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia

Anexo II da Proposta da Administração

12.6 – 12.10. Informações dos candidatos indicados pela administração da Companhia para membro do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a. nome
- b. idade
- c. profissão
- d. CPF ou número de passaporte
- e. cargo eletivo ocupado
- f. data de eleição
- g. data da posse
- h. prazo do mandato
- i. outros cargos ou funções exercidos no emissor
- j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não

CONSELHO FISCAL

Os acionistas controladores da Companhia informaram à Administração da Companhia que indicarão, para ocuparem o cargo de **membro do Conselho Fiscal** da Companhia, a reeleição dos Srs.:

Roberto Massayuki Hara, brasileiro, casado, economista, domiciliado na Rua Euclides Pacheco, 1679 - Apto 61, Tatuapé, São Paulo/SP, RG 9.029.221-2 SSP/SP, e CPF nº 860.121.858-04, e respectivo suplente;

Mário Alberto de Lima Reis Coutinho, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Rua João de Souza Dias, 612, ap 162, Campo Belo – São Paulo – SP, RG nº 6.252.106 e CPF nº 491.893.018-20; e

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto, brasileiro, casado, administrador de empresa e contabilista, domiciliado à Rua Vergueiro, 2016, 9º andar, São Paulo-SP, RG nº 7.615.443-9 e CPF nº 026.230.088-50, e

para **Suplentes**, respectivamente, os senhores:

Sergio Renato Escatolin, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado na Rua Colombia, 578, Jardim América, São Paulo/SP, RG nº 25.848.706-9, e CPF nº 183.679.998-51

José Roberto Pereira Rios, brasileiro, casado, administrador de empresa e contador, residente à Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 137 – São Roque – SP, RG nº 5.544.637 e CPF nº 555.992.578-00; e

Clovis Ailton Madeira, brasileiro, casado, administrador de empresa e contabilista, domiciliado à Rua Vergueiro, 2016, 9º andar, São Paulo-SP, RG nº 4.313.404-X – SSP/SP e CPF nº 253.599.328-72.

NOME DO CONSELHEIRO	IDADE	PROFISSÃO	CPF	DATA DA ELEIÇÃO	DATA DA POSSE	PRAZO DO MANDATO	OUTROS CARGOS NA CAMBUCI	ELEITO PELO CONTRALADOR	FUNÇÃO
ROBERTO MASSAYUKI HARA	59	Economista	860.121.858-00	29/04/2020	29/04/2020	UM ANO	NÃO	SIM	Conselheiro Fiscal (Efeitoivo)
MARIO ALBERTO DE LIMA REIS COUTINHO	75	Engenheiro	491.893.018-20	29/04/2020	29/04/2020	UM ANO	NÃO	SIM	Conselheiro Fiscal (Efeitoivo)
ANTONIO CARLOS BONINI SANTOS PINTO	60	Administrador	026.230.088-50	29/04/2020	29/04/2020	UM ANO	NÃO	SIM	Conselheiro Fiscal (Efeitoivo)
Sergio Renato Escatolin	43	Administrador	183.679.998-51	29/04/2020	29/04/2020	UM ANO	NÃO	SIM	Conselheiro Fiscal (suplente)
JOSE ROBERTO PEREIRA RIOS	64	Administrador e Contador	555.992.578-00	29/04/2020	29/04/2020	UM ANO	NÃO	SIM	Conselheiro Fiscal (suplente)
CLOVIS AILTON MADEIRA	67	Administrador e Contador	253.599.328-72	29/04/2020	29/04/2020	UM ANO	NÃO	SIM	Conselheiro Fiscal (suplente)

ADMINISTRADORES – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

Os acionistas controladores da Companhia informaram à Administração da Companhia que indicarão, para ocuparem o cargo de **membro do Conselho de Administração da Companhia.** os Srs.:

Roberto Estefano, brasileiro, casado, industrial, domiciliado na Av. Getulio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, portador da CIRG nº 1.447.416-5 SSP/SP e CPF nº 067.524.468-49;

Eduardo Estefano Filho, brasileiro, casado, industrial, domiciliado na Av. Getulio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, portador da CIRG nº 3.012.239 SSP/SP e CPF nº 067.527.138-04;

Manuel Roberto Bravo Caldeira, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado na Rua Tucumã, 217 ap 141 Jardim Europa CEP 01455-010 São Paulo-SP, portador do CIRG n. 4.113.785 e CPF/MF sob o n. 029.428.328;

para ocuparem o cargo de **diretor executivo da Companhia,** o Sr.:

Alexandre Schuler, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, portador do RG nº 1025583673 SSP/RS e inscrito no CPF sob o nº 425.103.330-20;

Roberto Estefano, brasileiro, casado, industrial, domiciliado na Av. Getulio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, portador da CIRG nº 1.447.416-5 SSP/SP e CPF nº 067.524.468-49;

Emerson Tsuneji Shiromaru, brasileiro, casado, administrador, com endereço na Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, portador da CIRG nº 15.436.012-0 SSP/SP e CPF/MF sob o nº 142.459.198-84.

NOME DO ADMINISTRADOR	Idade	Profissão	CPF	DATA DA ELEIÇÃO	DATA DA POSSE	PRAZO DO MANDATO	OUTROS CARGOS NA CAMBUCI	ELEITO PELO CONTROLADOR	FUNÇÃO
ROBERTO ESTEFANO	72	Administrador	067.524.468-49	29/04/2020	29/04/2020	UM ANO	Não	SIM	Conselheiro de Administração (Efetivo) e Diretor de Relação Com os Investidores
EDUARDO ESTEFANO FILHO	74	Engenheiro	067.527.138-04	29/04/2020	29/04/2020	UM ANO	Não	SIM	Conselheiro de Administração (Efetivo)
MANUEL ROBERTO BRAVO CALDEIRA	63	Administrador	029.428.328-51	29/04/2020	29/04/2020	UM ANO	Não	NAO	Conselheiro de Administração (Efetivo)
ALEXANDRE SCHULER	56	Administrador	425.103.330-20	29/04/2020	29/04/2020	UM ANO	Não	Não	Diretor Presidente
EMERSON TSUNEJI SHIROMARU	51	Administrador	142.459.198-84	29/04/2020	29/04/2020	UM ANO	Não	Não	Diretor de Operações Internacionais e Inovação e Tecnologia

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

A Cambuci S/A não possui os comitês acima mencionados

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

- a. currículo, contendo as seguintes informações:
 - i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - nome da empresa
 - cargo e funções inerentes ao cargo
 - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor
 - ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Nome: **Roberto Estefano**

Formação acadêmica: Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas

Experiência profissional: diversas atividades exercidas na Assessoria Brasileira das Indústrias de Artigos Esportivos, Sindicato de Meias e Malharias do Estado de São Paulo. Atualmente é

presidente do conselho de administração da Cambuci S/A, além de ser diretor Presidente e de relações com investidores.

Nome: **Eduardo Estefano Filho**

Formação acadêmica: Engenheiro Mecânico, pela FEI / PUC. Pós graduação em Administração de Empresas – FGV

Experiência profissional: atividades exercidas como diretor da Cambuci S/A

Atualmente é membro do conselho de administração da Cambuci S/A, além de ter sido diretor superintendente da Cambuci S/A

Nome: **Manuel Roberto Bravo Caldeira**

Formação acadêmica: EAESP-FGV.

Experiência profissional: iniciou sua carreira no Banco Finasa de Investimentos, onde era gerente de análise. Em seguida, trabalhou no Banco Francês e Brasileiro como diretor de investimentos, sendo responsável pela montagem e gestão do departamento de mercado de capitais. Foi eleito em 1994 o melhor administrador de fundos pela revista Exame. Posteriormente foi sócio da Linear Investimentos, onde captou cerca de US\$ 200Milhões no prazo de 6 meses para o fundo por ele gerido. Prosseguiu sua carreira como consultor de gestão profissionalizada de empresas no ramo de alimentação, agropecuário, usinas de açúcar e investimentos e é sócio proprietário da Iguana Investimentos Ltda. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Cambuci S/A

Nome: **Alexandre Schuler**

Formação acadêmica: Administração de empresas – FACCAT

Experiência profissional: Larga experiência em processos industriais e métodos para resultado, com 35 anos de carreira vivenciando empresas com foco produtivo, como por exemplo: Calçados Azaléia S/A. Com especialização na área de gestão de produção e área financeira.

Nome: **Emerson Tsuneji Shiromaru**

Formação Acadêmica: Administração de empresas – FEEVALE e Engenharia e Modelagem de calçados – Instituto Japonês de Calçados / Tóquio-Japão

Experiência profissional: Experiência de 25 anos em empresas nacionais e internacionais no seguimento calçadista. Carreira desenvolvida nas áreas de desenvolvimento de materiais e produto, industrial e comercial, procurement e sourcing nas empresas: São Paulo Alpargatas S/A, Calçados Azaleia S/A, Toray Ecsaine Co. Ltda, Duksung Chemical Co. Ltd, Kanebo Co. Ltd, TNK Importadora e Exportadora Ltda, Shion Trading Co. Ltd, Lipa Shoes Co. Ltd., Shin-Niko Co. Ltd e Profile Internacional Ltda.

Nome: **Mário Alberto de Lima Reis Coutinho**

Formação acadêmica: Engenharia Têxtil, pela FEI

Experiência profissional: atividades exercidas como diretor Industrial e diretor de Suprimentos do Grupo Guilherme Giorgi. Atualmente é membro titular do conselho fiscal da Cambuci S/A.

Nome: **Antônio Carlos Bonini Santos Pinto**

Formação acadêmica: Administrador de Empresas

Experiência profissional: Atividades exercidas como auditor da empresa BDO Directa Auditores S/C e conselheiro do Conselho fiscal das empresas Cambuci S/A e Cia Industrial Schlosser S/A. Atualmente é membro titular do conselho fiscal da Cambuci S/A

Nome: **Roberto Massayuki Hara**

Formação acadêmica : Economia - FAAP

Experiência Profissional : Colaborador do Moinho Pacifico a 39 anos, vivenciou a transição do sistema de monopólio governamental do trigo ao de livre mercado. Atuou nas áreas de Recursos Humanos, Financeira, Tributária, Importação e Logística do abastecimento de trigo do Moinho Pacifico. Em 2013 estruturou e é responsável pelo departamento de serviços de recepção, armazenagem e logística de trigo para as tradings Cargill, ADM, Bunge e moinhos do Estado de São Paulo atingindo a movimentação de 350.000 toneladas no primeiro ano de atividade.

Nome: **José Roberto Pereira Rios**

Formação acadêmica: Administração de Empresas e Ciências Contábeis

Experiência profissional: atividades exercidas como contador da empresa Ras Reviri Empresa de Contabilidade e Computação Ltda. Atualmente é membro suplente do conselho fiscal da Cambuci S/A.

Nome: **Clovis Ailton Madeira**

Formação acadêmica: Administração de Empresas pelo Instituto Municipal de Ensino Superior São Caetano do Sul e Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas.

Experiência profissional: Sócio Diretor da Directa Auditores. Atualmente é membro suplente do conselho fiscal da Cambuci S/A

Nome: **Sergio Renato Escatolin**

Formação acadêmica: Administração de Empresas Universidade Paulista

Experiência profissional: Atuou como administrador financeiro no 15 anos no Moinho Pacifico no segmento alimentício, com experiência em tesouraria e cambio, sendo responsável pelas aplicações financeiras do Grupo Pacifico. Colabora no "family office" do empresário Lawrence Pih respondendo pela gerencia administrativa e financeira da Rivale Representações Ltda. Atualmente é membro suplente do conselho fiscal da Cambuci S/A

b. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos

i. Qualquer condenação criminal

ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Os candidatos ao Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Executiva acima mencionados declaram que não estiveram sujeitos, nos últimos 5 (cinco) anos, aos efeitos de qualquer condenação definitiva transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que os tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Os candidatos a membro do Conselho Fiscal declaram não haver relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau nas situações acima mencionadas.

No conselho de Administração e diretoria os Senhores Roberto Estefano e Eduardo Estefano Filho são irmãos.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

O Sr. Eduardo Estefano Filho exerce o cargo de administrador nas empresas Era Sports Ltda, Impar Sports Ind. e Com. de Artigos Esportivos Ltda., Cambuci Importadora Ltda, Penalty Argentina S/A e Impar Paraguay S/A .

b. controlador direto ou indireto do emissor

NA

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não se aplica

Anexo III da Proposta da Administração:

13. Remuneração dos Administradores

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e não Estatutária, Conselho Fiscal e Comitês, abordando os seguintes aspectos.

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração dos nossos executivos objetiva atrair e reter qualificados profissionais de mercado, que estejam engajados na continuidade e expansão dos nossos negócios.

A Companhia acredita que uma administração profissional composta por executivos de alto nível traz um diferencial competitivo que impacta positivamente o retorno dos negócios.

b. composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Nossa Companhia tem por política remunerar os membros do Conselho de Administração com honorários fixos. Em razão da situação financeira da Companhia, os membros do Conselho de Administração renunciaram aos seus honorários nos exercícios de 2017, 2018, 2019 e 2020.

Diretoria Estatutária

Os membros da nossa Diretoria Estatutária contam com uma remuneração fixa e uma remuneração variável, além dos benefícios indiretos. A remuneração variável corresponde a bônus anual.

Conselho Fiscal

Os membros efetivos de nosso do Conselho Fiscal recebem unicamente a título de honorários uma quantia fixa mensal mínima correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração dos diretores.

Comitês

NA.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total**Diretoria Estatutária**

75% (setenta e cinco por cento) da remuneração da Diretoria Estatutária corresponde aos honorários fixos e mensais, 20% (vinte por cento) ao bônus anual e 5% (cinco por cento) corresponde aos benefícios indiretos.

Conselho de Administração e Conselho Fiscal

100% (cem por cento) da remuneração dos membros efetivos de Conselho de Administração e do Conselho Fiscal correspondem aos honorários fixos e mensais a que fazem jus.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**Diretoria Estatutária**

Com relação à remuneração da Diretoria Estatutária, a Companhia utiliza os índices divulgados pelos órgãos oficiais e os índices de performance individuais, para correção salarial e de benefícios.

Conselhos de Administração e Fiscal

Para os membros efetivos do Conselho de Administração o cálculo e reajustes estão atrelados às práticas de mercado e, para os membros do Conselho Fiscal, respeitamos os limites mínimos estabelecidos no §3º do art. 162 da Lei n.º 6.404/76.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração fixa dos Diretores Estatutários, membros do Conselho de Administração, e do Conselho Fiscal, permite a retenção de profissionais qualificados interessados no aumento da lucratividade da Companhia. A remuneração variável da Diretoria Estatutária está vinculada à obtenção de resultados e à valorização da Companhia, alinhando os interesses dos administradores e dos acionistas.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração variável dos Diretores Estatutários – bônus – está vinculada aos indicadores de desempenho financeiros da Companhia, e indicadores de performance coletiva e individual

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

No ciclo anual do planejamento estratégico são definidos os indicadores de desempenho financeiro da Companhia e de performance coletiva e individual que servem de base para fins de pagamento da remuneração variável dos Diretores Executivos.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

Através dos indicadores de desempenho financeiro e de performance coletivo e individual a política de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia.

Os indicadores de desempenho financeiro escolhidos para determinar os níveis de remuneração da Diretoria Estatutária são os mesmos que definem os níveis de remuneração dos próprios acionistas assegurando, assim, alinhamento entre as partes.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.**Diretoria Estatutária**

A remuneração fixa, variável e benefícios indiretos dos Diretores Estatutários da Companhia é integralmente paga pela Companhia, à exceção de:

Conselhos de Administração e Fiscal

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é integralmente paga pela Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia NA.**13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, preencher tabela abaixo:**

Como já foi mencionado nos itens acima, todos os membros do conselho de administração da Companhia renunciaram a remuneração a que teriam direito nos exercícios de 2017, 2018, 2019 e 2020

Valores em R\$/mil

N. de membros	Remuneração fixa		Remuneração variável	Total	
	Honorários	Benefícios	bônus		
2017					
Diretoria	6	2.730.445,27	397.753,82	R\$ -	3.128.199,09
Conselho Fiscal	3	112.788,00	826,42		113.614,42

TOTAL	9	2.843.233,27	398.580,24	R\$	-	3.241.813,51
--------------	----------	--------------	------------	-----	---	--------------

2018

Diretoria	6	3.275.506,75	464.416,28	R\$	-	3.739.923,03
Conselho Fiscal	3	122.367,90	613,92			122.981,82
TOTAL	9	3.397.874,65	465.030,20	R\$	-	3.862.904,85

2019

Diretoria	5	3.085.653,62	525.897,97	R\$	-	3.611.551,59
Conselho Fiscal	4	183.779,76	1.848,61			185.628,37
TOTAL	9	3.269.433,38	527.746,58	R\$	-	3.797.179,96

2020

Diretoria	5	R\$ 2.841.888,93	565.734,95	R\$	-	3.407.623,88
Conselho Fiscal	4	R\$ 183.779,76	4.019,53			187.799,29
TOTAL	9	3.025.668,69	569.754,48	R\$	-	R\$ 3.595.423,17

2021 PREVISÃO

Diretoria	5	R\$ 3.405.504,98	678.406,33	R\$	-	4.083.911,31
Conselho Fiscal	4	R\$ 186.536,46	4.827,57			191.364,03
TOTAL	9	3.592.041,44	683.233,91	R\$	-	R\$ 4.275.275,34

13.3. Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

A política de remuneração da Companhia não contempla programas de remuneração variável para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. No caso da Diretoria Estatutária da Companhia, esta recebe a remuneração variável a título de bônus, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Diretoria estatutária

Ano	Número de membros	Bônus – valor mínimo	Bônus – valor máximo	Bônus – valor previsto	Bônus – valor efetivamente pago
2017	4	211.167,31	633.501,92	316.750,96	-
2018	6	256.739,64	1.283.698,18	385.109,45	959.902,21
2019	5	231.902,45	1.318.212,25	760.089,35	
2020	5	279.598,11	1.397.990,55	838.794,33	
2021	5	283.792,08	1.418.960,41	851.376,24	

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

NA.

a. Termos e condições gerais

NA.

b. principais objetivos do plano

NA.

c. forma como plano contribui para esses objetivos

NA

d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

NA.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

NA.

f. número máximo de ações abrangidas

NA.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

NA.

h. condições de aquisição de ações

NA.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

NA.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

NA.

k. Forma de liquidação

NA.

l. Restrições às transferências das ações

NA.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

NA.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

NA.

13.5. Quantidade de Ações ou cotas detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou

do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

EMPRESA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL
	ON	ON	ON
Cambuci S/A	19.486.540	120.000	
Impar Sports Ind.Com. Artigos Esp. Ltda*	20.000		
Impar Paraguay S/A	1		
Cambuci Importadora Ltda*	2		

* EMPRESA POR COTA

13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

NA.

13.7. Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social.

NA.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais.

NA.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.

NA

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Não há plano de previdência em vigor conferido aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

13.11. Remuneração média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal relativa aos últimos três exercícios sociais.

Como já foi esclarecido nos itens anteriores, todos os membros do conselho de administração renunciaram a remuneração a que teriam direito.

Ano	n.º De membros	Diretoria /remuneração média		
		Valor da maior	Valor da menor	Valor média remuneração

		remuneração individual	remuneração individual	individual
2017	6	873.359,26	104.500,00	455.074,21
2018	6	927.202,70	265.000,00	280.458,90
2019	5	1.007.832,00	395.018,40	514.275,60
2020	5	971.987,88	406.098,00	559.196,22
2021	5	986.567,70	412.186,47	567.584,16

Ano	n.º De membros	Conselho fiscal /remuneração média		
		Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor da média remuneração individual
2017	3	37.596,00	37.596,00	37.596,00
2018	3	40.789,30	40.789,30	40.789,30
2019	4	48.000,00	45.259,92	45.944,94
2020	4	48.000,00	45.259,92	45.944,94
2021	4	48.720,00	45.938,82	46.634,11

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia.

NA.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	2017	2018	2019	2020	2021
Conselho de administração	0	0	0	0	0
Conselho fiscal	0	0	0	0	0
Diretoria	19%	19%	19%	19%	19%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Os Diretores Estatutários, membros do Conselho de Administração e Fiscal não recebem remuneração por quaisquer outras funções que desempenharam na Companhia.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de

administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não há remuneração suportada por controladores, diretos ou indiretos, por sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13.16 Outras Informações Relevantes

NA.

ANEXO IV – DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS****Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2020**

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2020 FORMULADA PELA ADMINISTRAÇÃO DA CAMBUCI S.A. A SER SUBMETIDA À APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2021, ÀS 10:00HS, NOS TERMOS DO ITEM II, PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

1. Informar o lucro líquido do exercício: Lucro líquido do exercício		R\$ 22.026.802,97			
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos e juros sobre capital próprio já declarados: Juros sobre capital próprio Dividendos propostos Total		R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00			
3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído: Percentual do Lucro líquido do exercício distribuído					
4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores: Dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores		R\$ 0,00			
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados: a) O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe. b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio. c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio. d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.					
			Montante		
Remuneração	Declaração	Ação	Global(*)	Por ação(*)	Pagamento
	o				

(*) Não há incidência de atualização e juros.					
<p>6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores:</p> <p>a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.</p> <p>b) Informar a data dos respectivos pagamentos.</p>					
			Montante		
Remuneração	Declaração	Ação	Global(*)	Por ação(*)	Pagamento
Juros sobre capital próprio					
<p>7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:</p> <p>a) Lucro líquido do exercício e dos 3(três) exercícios anteriores.</p> <p>b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído 3(três) exercícios anteriores</p>					
	EXERCÍCIO (Valores em R\$)				
Montante Global	2020	2019	2018	2017	
Lucro / (Prejuízo) Líquido	22.026.802,97	20.212.247,66	16.650.232,77	44.774.272,90	
<p>Não há dividendos distribuído e/ou a distribuir em 31/12/2020 devido a recomposição das reservas de incentivos fiscais.</p>					
<p>8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:</p> <p>a) Identificar o montante destinado à reserva legal R\$ 1.101.340,15</p> <p>b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal</p>					

Lucro do Exercício de 2020		22.026.802,97
Saldo a distribuir		22.026.802,97
Constituição da Reserva legal	5,00%	1.101.340,15

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixo ou mínimos:

- a) Descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos Não aplicável
- b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos Não aplicável
- c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa Não aplicável
- d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais Não aplicável
- e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

- a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto
O Art. 41 do Estatuto Social da Companhia prevê dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Art. 202 da Lei Das Sociedades Por Ações.
Não houve distribuição de dividendos em função da constituição da reserva legal e constituição da reserva para incentivos fiscais.
- b) Informar se ele está sendo pago integralmente
Não houve pagamento de dividendos
- c) Informar o montante eventual retido

Lucro do Exercício de 2020		22.026.802,97
Saldo a distribuir		22.026.802,97
Constituição da Reserva legal	5,00%	1.101.340,15
Constituição de Reserva de incentivos fiscais		20.925.462,82

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia ¹:

- a) Informar o montante da retenção

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia destinou o valor de R\$ 20.295.462,82 para reserva de incentivos fiscais, deduzindo esse valor da base de dividendos.

- b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxo de caixa positivos.

De fato, quando analisamos o período de 4 anos, podemos evidenciar que a gestão da Companhia vem gerando valor para os acionistas, proporcionando um retorno sobre o Patrimônio Líquido. Neste período, o Patrimônio Líquido evoluiu de R\$ 6.719 para R\$ 97.005 positivo. O ganho da Companhia em 2020 foi de R\$ 22 MM, representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido do início do ano de 22,6%.

O ano de 2020 foi de grandes desafios para toda a sociedade brasileira. A economia sentiu os impactos das medidas para o enfrentamento da pandemia do coronavírus. As medidas de isolamento e distanciamento social e a suspensão das programações esportivas afetaram de forma intensa o varejo.

A Administração atuou de forma decisiva para minimizar os efeitos da crise. Dentre as medidas tomadas, destacamos: adequação da capacidade operacional, alinhando-a com a evolução da demanda e com uma capacidade rápida de retomada da produção, cancelamento dos investimentos, e utilização das medidas editadas pelo governo federal, as quais foram essenciais para a manutenção do caixa da Companhia.

Os nossos custos financeiros foram reduzidos em 2020 comparado com 2019, melhorando nosso perfil das dívidas bancárias em geral, reduzindo nossa dívida líquida e com uma geração de caixa operacional superior ao exercício anterior, buscando sempre que necessário, captar recursos financeiros com estruturas mais alinhadas as estratégias e ao esperado melhor ambiente econômico nacional do caixa da Companhia.

- c) Justificar a retenção dos dividendos

A Companhia goza de subvenções de investimentos, concedidas pelos governos estaduais (ICMS) em que as Fábricas estão localizadas. A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras, constituídos como “Reserva de incentivos fiscais” no grupo “Reservas de lucros”.

A proposta da Administração é recompor o saldo das reservas para incentivos fiscais, destinando o valor após a destinação da reserva legal, no montante de R\$ 20.925.462,82 para reserva de incentivos fiscais.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

- | | |
|---|---------------|
| a) Identificar o montante destinado à reserva | Não aplicável |
| b) Identificar a perda provável e sua causa | Não aplicável |
| c) Explicar porque a perda foi considerada provável | Não aplicável |
| d) Justificar a constituição da reserva | Não aplicável |

13. Havendo a destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

- | | |
|---|---------------|
| a) Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar | Não aplicável |
| b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva | Não aplicável |

14. Havendo a destinação de resultado para reservas estatutárias:

- | | |
|--|---------------|
| a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva | Não aplicável |
| b) Identificar o montante destinado a reserva | Não aplicável |
| c) Descrever como o montante foi calculado | Não aplicável |

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

- | | |
|---|---------------|
| a) Identificar o montante da retenção | Não aplicável |
| b) Fornecer cópia do orçamento de capital | Não aplicável |

16. Havendo destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais:

- a) Identificar o montante destinado à reserva
Constituição de reserva de incentivos fiscais no montante de R\$ 20.925.462,82
- b) Explicar a natureza da destinação

A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras, constituídos como “Reserva de incentivos fiscais” no grupo “Reservas de lucros”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração propõe

destinar o valor para reserva de incentivos fiscais, deduzindo esse valor da base de dividendos.

ANEXO V**Modelo de Boletim de voto à distância – AGO da CAMBUCI S/A de 31/03/2021****1. Nome do acionista:****2. CNPJ ou CPF do acionista:****3. Endereço de e-mail para envio ao acionista da confirmação do recebimento do boletim pela Companhia:****4. Orientações de preenchimento:**

O presente boletim deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto à distância, nos termos da Instrução CVM nº 481.

Nesse caso, é imprescindível que os campos acima sejam preenchidos com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato.

Além disso, para que este boletim de voto seja considerado válido e os votos aqui proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral:

- todos os campos abaixo deverão estar devidamente preenchidos;
- todas as suas páginas deverão ser rubricadas;
- ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá assinar o boletim; e
- não será exigido o reconhecimento das firmas apostas no boletim, tampouco a sua consularização.

Importante esclarecer que a “Proposta da Administração” por vezes referida neste boletim, e à qual este boletim é anexo, encontra-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede social da CAMBUCI S/A, no seu site www.cambuci.com.br/investidores, e no endereço eletrônico da CVM www.cvm.gov.br e no endereço eletrônico da BM&FBOVESPA www.bmfbovespa.com.br.

5. Orientações para envio do boletim

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá: (i) preencher e enviar o presente boletim diretamente à Companhia, ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos, conforme orientações abaixo:

5.1. Exercício de voto por meio de prestadores de serviços – Sistema de voto à distância.

O acionista que optar por exercer o direito de voto a distância por prestadores de serviço deverá fazê-lo por uma das opções:

- **Acionistas com posição acionária em livro escritural:** podem exercer o voto à distância por intermédio do escriturador. As instruções de voto deverão ser realizadas através do site Itaú Assembleia Digital. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.itaubr.com/seguritiesservices/assembleiadigital/>.

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A., Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, São Paulo.

Atendimento a acionistas:

3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)

0800 7209285 (demais localidades)

O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.

Email: atendimentooescrituracao@itau-unibanco.com.br

- **Acionistas com posição acionária em instituição custodiante/ corretora:** deverão verificar os procedimentos para votar com a instituição custodiante da ação.

5.1. Exercício de voto por meio de prestadores de serviços – Sistema de voto à distância.

O acionista que optar por exercer o direito de voto a distância por prestadores de serviço deverá fazê-lo por uma das opções:

- **Acionistas com posição acionária em livro escritural:** podem exercer o voto à distância por intermédio do escriturador. As instruções de voto deverão ser realizadas através do site Itaú Assembleia Digital. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.itaubr.com/seguritiesservices/assembleiadigital/>.

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A., Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, São Paulo.

Atendimento a acionistas:

3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)

0800 7209285 (demais localidades)

O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.

Email: atendimentooescrituracao@itau-unibanco.com.br

- **Acionistas com posição acionária em instituição custodiante/ corretora:** deverão verificar os procedimentos para votar com a instituição custodiante da ação.
- **Acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição:** (exemplo: parte da posição está custodiada nos livros do escriturador e outra parte com um custodiante, ou ações estão custodiadas em mais de uma instituição custodiante): basta enviar a instrução

de voto para apenas uma instituição, o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do acionista.

Nos termos da Instrução CVM nº 481, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para o escriturador em até 7 dias antes da data de realização das Assembleias, ou seja, até 25/03/2021 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador.

Vale notar que, conforme determinado pela Instrução CVM nº 481, a Central Depositária da CAMBU S/A, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ. Adicionalmente, o escriturador, também em linha com a Instrução CVM nº 481, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

5.2. Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia:

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, cep 18130-430, São Roque/SP – Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

(i) via física do presente boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado;

e

(ii) cópia autenticada dos seguintes documentos:

(a) para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; (b) para pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e documento de identidade com foto do representante legal. (c) para fundos de investimento: último regulamento consolidado do fundo; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e documento de identidade com foto do representante legal.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas deste boletim e dos documentos acima mencionados para o endereço eletrônico roberto.estefano@cambuci.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original deste boletim e da cópia autenticada dos documentos requeridos até o dia 29/03/2021, inclusive, para Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, cep 18130-430, São Roque/SP – Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

Uma vez recebidos o boletim e respectivas documentações exigidas, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Instrução CVM nº 481.

Caso este boletim seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos no item (ii) acima, este será desconsiderado e o acionista será informado por meio do endereço de e-mail indicado no item 3 acima.

O boletim e demais documentos comprobatórios deverão ser protocolados na Companhia em até 3 dias antes da data da Assembleia Geral, ou seja, até 29/03/2021 (inclusive). Eventuais boletins recepcionados pela Companhia após essa data também serão desconsiderados.

Deliberações/ Questões relacionadas à Assembleia Geral Ordinária:

1. Aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020.

Aprovar Rejeitar Abster-se

2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2020, conforme Proposta da Administração, nos seguintes termos:

- (i) R\$ 1.101.340,15 constituição da Reserva Legal
- (ii) R\$ 20.925.462,82 constituição de Reserva para Incentivos Fiscais

Aprovar Rejeitar Abster-se

3. Definir que o Conselho de Administração será composto por 03 membros:

Aprovar Rejeitar Abster-se

4. Eleger membros para compor o Conselho de Administração:

Indicação de todos os nomes, conforme Proposta da Administração:

- Roberto Estefano
- Eduardo Estefano Filho
- Manuel Roberto Bravo Caldeira

Aprovar Rejeitar Abster-se

5. Deseja requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição do Conselho de Administração, nos termos do Art. 141 da Lei 6.404/76?

Sim Não Abster-se

5.1. Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, deseja distribuir o voto adotado em percentuais para os candidatos que compõem a chapa escolhida?

Sim Não

Se houver respondido SIM, favor indicar a distribuição dos percentuais:

Distribuir os votos proporcionalmente a todos os candidatos da chapa proposta pela Administração; ou

Distribuir os votos conforme descrito abaixo:

[_____] % - Roberto Estefano
[_____] % - Eduardo Estefano Filho
[_____] % - Manuel Roberto Bravo Caldeira
100,0% - TOTAL

6. Eleger membros para compor o Conselho Fiscal:

Indicação de todos os nomes, conforme Proposta da Administração:

- Roberto Massayuki Hara / Sergio Renato Escatolin
- Mário Alberto de Lima Reis Coutinho / José Roberto Pereira Rios
- Antonio Carlos Bonini Santos Pinto / Clovis Ailton Madeira

Aprovar Rejeitar Abster-se

7. Fixar, para o exercício de 2021, remuneração global anual para os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal de até R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais).

Aprovar Rejeitar Abster-se

8. Em caso de segunda convocação da Assembleia Geral Ordinária, as instruções de voto constantes neste boletim podem ser consideradas também para a realização em segunda convocação?

Sim Não Abster-se

[Cidade], [data]

Nome